

MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

Processo nº

10665.001128/2002-09

Recurso nº

145.338 Voluntário

Matéria

RESSARCIMENTO DE IPI

Acórdão nº

203-13.183

Sessão de

07 de agosto de 2008

Recorrente

ELETRO MANGANÊS S/A

Recorrida

DRJ EM JUIZ DE FORA/MG

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/07/1997 a 30/09/1997

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO VOLUNTÁRIO. PRAZO IMPRORROGÁVEL DE TRINTA DIAS. INTEMPESTIVIDADE.

O prazo legal para interposição de recurso voluntário é de trinta

dias contados da intimação da decisão recorrida.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso,

por intempestivo.

LSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA

Relator

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasilia, 28,109,08

Mariide Cur Lio do Oliveiro Mat. Siape 91650

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Eric Moraes de Castro e Silva, Odassi Guerzoni Filho, José Adão Vitorino de Morais, Luis Guilherme Queiroz Vivacqua (Suplente) e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Processo nº 10665.001128/2002-09 Acórdão n.º 203-13.183

-1	CCC	CCU2/C	
1	Fls.	199	
-		٠_	
1			

	MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONFEDURTES CONFERE COM O CRIGRIAL	
	Brassia 93 / 09 / 08	
A Company of the Comp		
	Marida Cur®no et Consina Mat. Siage 01600	

Relatório

Trata o processo de pedido de ressarcimento do saldo credor do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, acumulado no período em epígrafe, a ser utilizado na compensação dos débitos declarados.

A Recorrente trabalha na industrialização do minério manganês, além de exportar os produtos derivados desse minério.

Em 06 de setembro de 2002, conforme verso da fl. 01, a Contribuinte protocolizou pedido de ressarcimento e compensação de crédito presumido de IPI apurado no 3º trimestre de 1997 com atualização monetária pela Taxa Selic (fls. 01/03), que totalizava R\$ 98.463,41. Nas fls. 32/33 e 36, encontra-se declaração de compensação atreladas ao pedido de ressarcimento.

A SRF de Divinópolis/MG indeferiu o pedido de correção monetária por falta de legalidade, e reconheceu como crédito somente o valor de R\$ 35.921,64, por ter sido excluído da planilha de ressarcimento os valores referentes a matérias que não são consideradas primas ou produtos intermediários. (fl. 102)

Em despacho decisório (fl. 112 frente e verso) DRF de Divinópolis-MG manteve a decisão da SRF. Quanto ao indeferimento da correção monetária apoiou-se na IN da SRF nº 600/2005, art 52 § 5°. Quanto à diferença do valor solicitado pela contribuinte e do valor cedido pelo Fisco, alegou que tal diferença é em decorrência de "custos/gastos não admitidos como matéria prima ou produtos intermediários".

Em 23/05/06 a Contribuinte protocolizou Manifestação de Inconformidade (fls. 117/134) na DRJ de Juiz de Fora/MG alegando erro material do fisco, pois alguns materiais usados pelo fisco para suprimir o valor do pedido (sucata de eletrodo de grafite e o sulfidrato de sódio), não havia sido calculados pelo contribuinte na planilha do pedido de crédito presumido, portanto o despacho decisório é nulo em relação ao valor de R\$ 14.249,53 suprimido.

Quanto ao pedido de correção monetária, estribou-se no art. 39, §4°, da Lei n° 9.250/95, que permite o acréscimo sobre taxa Selic para restituição, para alegar que ressarcimento é uma espécie de restituição, portanto cabe a correção baseada na taxa Selic.

Alegou que os "custos/gastos não admitidos como matéria prima" inclui, equivocadamente, os valores referentes ao consumo de energia elétrica, porém cabe ressarcimento nesses.

Também argumentou que a exclusão dos valores relativos às aquisições de lenha, de pessoa física e de oxigênio é equívoca, pois, gera sim, direito a crédito presumido.

A DRJ decidiu nos seguintes termos (fls. 147/158):

CC02/C03 Fls. 200

Indeferimento ao pedido de nulidade do despacho decisório, uma vez que o "trabalho fiscal foi claro e indicou todas as fontes de onde foram obtidos os valores utilizados na apuração da autoridade fiscal".

Não cabimento de correção monetária baseada na taxa Selic, pois não há legislação específica que a preveja.

Não se deve incluir como custo de produção, os valores relativos à aquisição de energia elétrica, pois esses não se enquadram nos conceito de MP, PI, ME dados pela legislação do IPI.

A lenha é considerada combustível, portanto não se enquadra nos conceito de MP -Matéria-Prima- ou PI -Produto Intermediário, por isso, mesmo que fosse adquirida de pessoa jurídica, não caberia ressarcimento para referente aos valores gastos com ela.

Ao fim indeferiu totalmente a manifestação de inconformidade.

A recorrente, apesar de ter apresentado cópia do Aviso de Recebimento assinada dia 27/07/2007 (fl. 162) como sendo a data do conhecimento da decisão da primeira instância, descuidou-se que essa data é referente à ciência da carta cobrança (fls. 160/161) e que a Aviso de Recebimento que consta a verdadeira data de que tomou conhecimento da decisão da DRJ está, na verdade, na fl. 159, cuja a data é de 31/05/2007. Assim, protocolou Recurso Voluntário em 23/08/2007 (fls 163/174).

No recurso voluntário, alegou o seguinte:

Preliminarmente, alegou a anulação do despacho decisório devido a erro material, pois o fisco glosou valores que não constavam nas planilhas elaboradas pelo próprio fisco.

Entrando no mérito alegou direito à correção monetária pela taxa Selic apoiando-se no art. 39, § 4°, da Lei nº 9.250/95, que prevê juros baseada na taxa Selic para restituição, e no Decreto nº 2.138/97, que trata ressarcimento e restituição da mesma forma.

Por fim, requereu "o reconhecimento integral de seu direito creditório atualizado monetariamente pela Taxa Selic, assim como homologação integral das compensações feitas com base em tal direito".

É o Relatório.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasilia, 631 / 09 / 08

Ma. Tria C. Long (101, ptp)
Nut. Supply (101)

Voto

Conselheiro, JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA, Relator

Ratificando o que já foi exposto no relatório, a Recorrente apresentou cópia do Aviso de Recebimento assinada dia 27/07/2007 (fl. 162) como sendo a data da intimação da decisão de primeiro grau, porém, descuidou-se que essa data é referente à ciência da carta cobrança (fls. 160/161) e que o Aviso de Recebimento que consta a verdadeira data de que tomou conhecimento da decisão da DRJ está na fl. 159, cuja a data é de 31/05/2007.

Como a Recorrente foi intimada da decisão em 31 de maio de 2007, e apresentou seu recurso somente em 23 de agosto de 2007, ultrapassou o prazo o prazo legal de trinta dias para a interposição do Recurso Voluntário, que é improrrogável de acordo com o art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Dessa forma, intempestivo é o apelo, razão pela qual dele não conheço.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2008

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONCA

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL

Brasille 02

09/6

Mariide Cursirlo de Oliveira Mat. Siape 91650